

PODER / Com a retomada dos trabalhos no Congresso, Planalto se prepara para enfrentar questões polêmicas que quer ver resolvidas — como a análise de vetos e a conclusão da Reforma Tributária. Será, também, um teste para o acordo com o Centrão

Governo em semana decisiva

» DENISE ROTHENBURG
» EVANDRO ÉBOLI

Depois de dias esvaziados, sem sessões na Câmara e pouco trabalho no Senado, o Congresso tem, esta semana, grandes testes para o Palácio do Planalto — especialmente, os vetos que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu que fossem mantidos. E essa prova de fogo vem justamente nos dias em que o governo terá que dar uma palavra final sobre o projeto de desoneração da folha aprovado pelo Parlamento em outubro. A tendência é de acolher o pedido da Fazenda de veto total à proposta, mas alguns deputados têm esperanças de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva barre apenas a parte referente à redução da contribuição previdenciária dos municípios — e mantenha o restante.

A avaliação de muitos líderes é de que se Lula sancionar o projeto de desoneração da folha, ajudará no bom relacionamento e na condução das demais votações. Se vetar, o mau humor dos congressistas pode respingar em temas importantes.

Na lista de Haddad sobre os vetos, consta, por exemplo, o Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), principalmente aqueles que se referem ao perdão de dívidas. Ao fazer seu pedido, o ministro da Fazenda deixou claro que se os políticos querem recursos para

emendas, precisam ajudar a encontrar receitas.

Esse discurso será usado para que os parlamentares aproveem a pauta de votações de matérias de interesse do governo. Agora que o Centrão está bem acomodado na Esplanada, o Planalto espera desfrutar a apreciação, por exemplo, da Medida Provisória (MP) 1.185, sobre mudanças na subvenção para investimentos do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que pode gerar até R\$ 35 bilhões para o governo em 2024.

Haddad se reuniu com Lira e líderes de partidos, mas não houve consenso para avanço — se via MP ou projeto de lei. Mas houve um acerto para deflagrar a discussão, que ainda não tem nem relator definido.

Esse deve ser o último grande pedido da área econômica a ser votado, este ano, na Câmara, o que deixaria a proposta de Juros sobre Capital Próprio (JCP) para 2024. Mas a equipe econômica espera chegar a um acordo e votar esse texto até meados de dezembro.

Paralelamente aos projetos da economia, está a votação do parecer preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o próprio Orçamento da União de 2024. Os parlamentares correm contra o tempo para aprovar essas propostas, uma vez que, com ou sem déficit fiscal, precisam do Orçamento aprovado para garantir a liberação das emendas no primeiro semestre do ano que vem — antes das campanhas eleitorais para prefeitos e vereadores.

Ed Alves/CB/DA.Press



Lira e Pacheco divergem sobre a tramitação da tributária. O primeiro quer dividi-la; o segundo não gosta da ideia

Vão discutir, ainda, se as emendas de comissão serão impositivas, tal como para aquelas apresentadas individualmente por deputados e senadores. A tendência é que seja incluído um artigo na LDO para a obrigatoriedade de liberação dessas emendas de comissão, algo que deve consumir R\$ 9 bilhões — contra o qual o governo luta para conseguir mais folga de caixa.

Enquanto a Comissão Mista de Orçamento tenta correr com a análise da LDO para dar tempo de votar o Orçamento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende acelerar a conclusão da Reforma Tributária, apreciada há duas semanas no Senado. Ele avisou aos líderes que pretende colocar o tema em discussão esta semana.

Fatiamento

Lira já se manifestou favoravelmente a uma promulgação

“fatiada” — primeiramente, aprova-se o que for consenso com o Senado e o restante segue em discussão na Câmara. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não gosta da ideia, pois para ele a questão é complexa.

Para o especialista Pedro Merheb, se malfeita, a promulgação fatiada pode “flertar com um Frankenstein constitucional”. No Senado, foram incorporadas cerca de 300 emendas. Os relatores Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado, devem se reunir para debater o assunto — assim como Lira e Pacheco. O presidente da Câmara deve definir hoje a pauta de, em reunião com líderes, e estabelecer esse cronograma da tramitação da tributária.

Enquanto a Câmara tenta acertar o passo para votar assuntos polêmicos, o Senado está com a pauta bem

encaminhada. Pacheco marcou para quinta-feira a sessão do Congresso para apreciação dos vetos. Mas, amanhã, o Plenário da Casa pretende se dedicar à emenda constitucional que restringe as decisões monocráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). “A PEC já estará pronta para votação na terça. Vou consultar os líderes se assim desejam”, disse Pacheco, que é favorável ao projeto.

O senador defende a proposta: “Essa mudança evita que uma decisão monocrática, de um único ministro, suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares e sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação”, garantiu Pacheco.

Essa mudança evita que uma decisão monocrática suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares e sancionada pelo presidente da República. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação”

Senador Rodrigo Pacheco, ao comentar a PEC que restringe as decisões monocráticas dos ministros do STF, que deve ser votada amanhã

A pauta econômica também terá espaço no Senado. O projeto do governo que tributa rendimentos de aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas no exterior (offshores) e dos fundos exclusivos, será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também amanhã. O desejo de Pacheco é levar o assunto para o Plenário no mesmo dia. Ele está otimista, também, sobre a aprovação do projeto das apostas esportivas — as “bets”.

O presidente do Senado, que está muito próximo de Lula, não descarta nem mesmo apreciar, ainda este ano, o nome do novo indicado para a Procuradoria-Geral da República (PGR) — a tendência é a escolha de Paulo Gonet Branco, cujo nome deve ser confirmado por Lula nas próximas horas.



ROBERTO BRANT

TUDO NA VIDA TEM LIMITE E A ARGENTINA, AGORA, CHEGOU AO SEU. AS ELEIÇÕES SÃO APENAS UMA ESCOLHA ENTRE DOIS ABISMOS E O DESFECHO SERÁ O INÍCIO DE UM DRAMA MUITO MAIOR. O QUE ACONTECE QUANDO UM PAÍS DESMORONA E PERDE TODA CAPACIDADE DE REAGIR?

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Entre dois abismos

Todo país tem a sua própria história e o que acontece em país um não se replicará necessariamente em outros. A natureza humana, no entanto, é uma só, e a observação dos movimentos sociais em qualquer parte deve sempre nos servir de lição.

Escrevo algumas horas antes da abertura das urnas na Argentina. Mas, qualquer que seja o resultado, não vai alterar a validade das reflexões que o drama argentino propõe, não apenas aos seus vizinhos brasileiros, mas à maioria das democracias que sobrevivem neste mundo de tantas mudanças.

A Argentina é um caso único no mundo de um país que entrou no século XX como um dos mais ricos e que, com o passar do tempo, foi se empobre-

brecendo até chegar à condição de estar permanentemente em crise, com 40% da população vivendo em estado de pobreza. Um Estado praticamente falido, uma inflação de 143% ao ano e uma moeda que não é aceita pelos próprios argentinos.

O fracasso da Argentina não é propriamente um enigma. A causa principal foi a estranha rendição de uma sociedade educada e próspera a um populismo que dissipou as riquezas do país. Esse populismo estabeleceu um padrão de política assistencialista que anestesiou a sociedade e congelou todas as possibilidades de mudança que adaptassem o país às transformações que ocorreram no mundo, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Quase todos

os países democráticos viveram algum momento de populismo, mas foram ciclos temporários que, mais cedo ou mais tarde, chegaram ao fim. Na Argentina, o peronismo sobreviveu a Perón e contamina a vida do país até hoje, 80 anos depois do seu aparecimento.

O que está ruim, infelizmente, sempre pode piorar. O peronismo no poder nunca propôs qualquer mudança e especializou-se em usar o Estado para manter-se no governo. Quando na oposição, sempre investiu no impasse e na obstrução a qualquer tentativa de mudar o país, inviabilizando sucessivos governos.

Tudo na vida tem limite e a Argentina, agora, chegou ao seu. As eleições são apenas uma escolha entre dois abismos e o

desfecho será o início de um drama muito maior. O que acontece quando um país desmorona e perde toda capacidade de reagir? Como se dará a transição para uma nova normalidade?

O que esperar?

Se vencer Sergio Massa, que é o atual ministro da Economia do governo peronista de Alberto Fernández, o que teremos pela frente será mais do mesmo. Nos 40 anos que nos separaram do fim da ditadura militar, os peronistas governaram durante 28 anos, aos quais se acrescentarão mais quatro. Em apenas 12 anos, a Argentina conheceu governos independentes, com Raul Alfonsín, Fernando de la Rúa e Mauricio Macri, sendo que De la Rúa

abandonou o governo no meio do mandato diante de protestos que causaram mortes.

Não seria injusto pensar que os peronistas não governam quando estão no poder e não deixam governar quando perdem, graças ao controle que têm sobre sindicatos e outras organizações sociais.

Não seria razoável acreditar que um novo governo peronista terá a vontade e a força para realizar mudanças profundas na economia e no governo, e enfrentar a reação popular diante dos sacrifícios que essas mudanças forçosamente acarretam. Se essas mudanças não forem feitas, os problemas da Argentina não se resolverão por si mesmos. Se não se resolverem, até quando será possível evitar a chegada do caos?

Por outro lado, a candidatura de Javier Milei não é propriamente uma alternativa política, mas um caminho para o desconhecimento e a mais pura demonstração do grau de desespero que tomou conta do país. Suas propostas de mudança, se efetivadas — o que é pouco provável, dada a correlação de forças no Parlamento —, vão desmanchar a economia e a vida dos argentinos, num experimento sem precedentes em qualquer parte do mundo. Será um exercício de loucura com um preço humano difícil de avaliar.

Qualquer dos abismos que for, o escolhido certamente vai aprufundar a crise argentina e cobrará um preço alto quando chegar a hora da verdade. Para nós, fica a lição: a política tem o poder de arruinar qualquer país.

Acesse receita.fazenda.df.gov.br ou ligue **156** e saiba mais.

Adesão até **30/11**

Quite suas dívidas com o GDF. Faça o Refis e refaça seus sonhos.

Pagamento imediato de **10%** do débito

Nada melhor para se refazer das dificuldades financeiras do que fazer o Refis. Uma oportunidade que o GDF traz para quitar impostos atrasados em até 120 parcelas, com descontos progressivos de até 99% nos juros. Assim, você pode quitar o ICM, ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP ou outros impostos e ficar com a vida financeira em dia. **Confira as condições até 29/11 e faça adesão até 30/11.**

